

## 2 Revisão da Literatura

### 2.1 Estudos de Gênero Discursivo

Nesta seção, apresentarei a corrente de estudo e aplicação chamada de **ESP** (English for Specific Purposes). Swales (1990) e Bhatia (1993) são estudiosos dessa corrente e vários trabalhos seus são voltados para o ensino de ESP. Retomarei esses autores neste contexto e farei um resumo das contribuições de outros autores.

O ESP deve ser visto como uma abordagem para o aprendizado de inglês que se baseia nas necessidades do aluno. Ademais, direciona-se para três campos do conhecimento, a saber: a língua, a pedagogia e as áreas de interesse dos alunos. Um de seus objetivos é auxiliar os aprendizes a tornarem-se melhores leitores e escritores de textos acadêmicos e profissionais; trata-se de uma abordagem que se preocupa em estudar as relações entre a língua e os contextos situados em que ela é usada.

Sendo uma corrente da análise de gêneros, o ESP caracteriza-se por: diferir do ensino de Inglês comum (sem fins específicos); visar a compreensão das necessidades específicas do aprendiz; ter seu conteúdo relacionado a determinada ocupação, disciplina ou atividade; centrar-se na análise dos discursos e da linguagem empregada nessas atividades, focar uma ou poucas habilidades lingüísticas (apenas leitura, ou leitura e escrita); e não seguir uma metodologia pré-estabelecida. Tradicionalmente, os estudos de ESP enfocavam a gramática e o léxico de um registro específico. Skulstad (1999) defende a idéia de que uma abordagem centrada na análise de gênero deve, antes de tudo, desenvolver no aluno a "*consciência do gênero*". Dessa forma, o aluno se tornará consciente dos modos como os discursos são usados para realizar objetivos específicos, além de serem expostos aos padrões discursivos e às convenções de uma variedade de gêneros dentro de sua área específica de interesse.

A análise de gênero pode servir como um meio pedagógico que habilita o aluno a identificar como os gêneros diferem entre si e como o mesmo gênero pode diferir de uma cultura para outra. Não obstante, os gêneros estabelecidos não são estáticos, mas estão sujeitos a mudanças, podendo emergir novos gêneros. Não é possível abordar, no escopo de um curso de ESP, todos os gêneros existentes. Contudo, o desenvolvimento da consciência do gênero, da forma como foi concebida por Skulstad (1999), sensibilizará os alunos para que reconheçam e utilizem com sucesso os gêneros mais importantes da sua comunidade profissional. Isso os deixará atentos para que se apercebam das mudanças, tão logo estas se apresentem na sua prática profissional.

### 2.1.1 Swales

Procurarei nesta seção expor estudos sobre o conceito de gênero discursivo e análise de gêneros tomando como base a teoria desenvolvida por Swales (1990; 1998).

O trabalho de John Swales está voltado para a aplicação do estudo de gêneros discursivos em contextos acadêmicos e profissionais. Uma das suas maiores preocupações e objetivos é capacitar alunos falantes de inglês como língua estrangeira a competir ou ter êxito no ambiente acadêmico ou no mercado de trabalho, igualmente com falantes nativos.

Para Swales, os gêneros devem ser vistos como estruturas que se desenvolvem para acomodar o crescimento e a necessidade de mudança das comunidades. Por isso, as adaptações de diferentes comunidades discursivas<sup>1</sup> aos avanços tecnológicos também contribuem para a natureza da mudança das formas textuais. Ademais, os gêneros variam de acordo com a trajetória cultural dos grupos, possuem variações em seu próprio interior e têm como base sua produção e propósito comunicativos, elementos como público-alvo e restrições quanto a forma e nomenclatura. Desse modo, adquirem características organizacionais bastante definidas, possibilitando a realização de interações com funções específicas dentro do escopo de uma comunidade<sup>2</sup>. Bhatia (1993, p.134-136) também percebe a variação dos gêneros, afirmando que é possível haver uma flexibilidade de estilo e composição dentro de um determinado gênero, porém os membros que o usam devem seguir certas convenções. Uma dada manifestação textual, seja ela escrita seja oral, para ser um gênero, deve considerar as características sócio-culturais e lingüísticas que regulam a forma, o conteúdo e as escolhas léxico-gramaticais de uma comunidade específica.

Swales (1990, p.10) considera serem necessários três elementos-chave interligados que contribuem para que o propósito comunicativo de uma certa manifestação do discurso se realize, a saber: 1) a comunidade discursiva (*'discourse community'*); 2) o gênero (*'genre'*) e 3)- a tarefa (*'task'*). Nas palavras do autor: *'(...) o propósito comunicativo é o critério mais importante para a identificação do gênero.'*

---

<sup>1</sup> 'A comunidade discursiva é o elemento central para a explicação do gênero. O autor resume seus critérios definidos para a comunidade discursiva como: 'mecanismos de participação, troca de informações, gêneros específicos de uma dada comunidade, uma terminologia altamente especializada e um alto grau de sabedoria'. Mais tarde SWALES (1990) complementa que: 'os gêneros não são apenas textos, nem comunidades discursivas, mas grupos de indivíduos que compartilham atitudes, crenças e expectativas.'

<sup>2</sup> 'O gênero envolve uma classe de eventos comunicativos cujos participantes compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Estes propósitos são reconhecidos pelos membros da comunidade discursiva e por isso constituem a razão do gênero.' (SWALES, 1990;1998).

Para formular sua própria noção de gênero, (SWALES,1990) considera quatro campos de estudo: os folclóricos (esse campo de investigação é importante pela classificação de gêneros); os literários (preocupação em mostrar como as convenções são quebradas por autores); os lingüísticos (principalmente a lingüística sistêmico-funcional) e os de retórica ( em que há interesse desta pela classificação dos diversos tipos de discurso, ilustrado pelas categorias de expressivo, persuasivo, literário e referencial) .

Para o autor vários elementos caracterizam o gênero, a saber: o primeiro é a idéia de classe, isto é, o gênero é uma classe de eventos comunicativos em que o evento constitui uma situação em que a linguagem verbal tem um papel significativo e fundamental. O evento comunicativo é constituído do discurso, dos participantes, da função do discurso e do ambiente onde ele é produzido e recebido; o segundo, é o de que em uma classe de eventos comunicativos, os eventos compartilham um propósito comunicativo e os gêneros têm a função de realizar um ou mais objetivos; o terceiro, a prototypicalidade, isto é, um exemplar é incluído no gênero e deve possuir elementos determinados na sua definição; o quarto elemento diz respeito à razão subjacente ao gênero, ou seja, os membros da comunidade, após reconhecerem o propósito do gênero, têm um motivo pelo que fazem e; quinto, uma terminologia própria desenvolvida pela comunidade discursiva que usa o gênero, pois ela permite aos membros mais experientes e ativos entenderem a ação retórica das classes de eventos comunicativos.

Como foi possível verificar, o conceito de gênero, de acordo com Swales em seu trabalho de 1990, privilegia o propósito comunicativo de uma situação, suas convenções e regras lingüísticas e discursivas que são compartilhadas pela comunidade que convive, atua e interage em uma situação qualquer, dominando gêneros articulados e intencionados (público-alvo) por ela mesma (SANTOS, 1996). A abordagem de Swales possui uma interdependência: texto e sua estrutura, o conteúdo e os traços do gênero, a comunidade discursiva, seus valores, práticas e expectativas. Assim, a análise de gênero deve explicar o comportamento comunicativo efetivo de seus membros para poder dar conta de sua evolução.

Neste estudo, considerei os depoimentos da comunidade discursiva fundamentais para o entendimento do gênero e esclarecimento de variações em sua estrutura retórica e em seus propósitos comunicativos particulares.

### **2.1.2 Bhatia**

Uma outra figura importante no cenário de estudiosos que aplicaram conceitos de gênero ao ensino de inglês foi BHATIA (1993). Sua contribuição está relacionada ao acréscimo do fator cognitivo e à valorização da intenção do produtor do texto. O autor não se restringe ao conceito de comunidade discursiva ao discutir a noção de gênero desenvolvida por SWALES (1990). Ele esquematiza a noção de estrutura cognitiva que pode ser amplamente usada em uma variedade de gêneros, porém não pode ser sempre aplicável a todos. A idéia é interpretar as regularidades de organização para entender o gênero. A estrutura cognitiva em um gênero depende dos intentos comunicativos que o servem e é a razão pela qual um gênero varia do outro. Para Bhatia, cada gênero é um exemplo de conquista satisfatória de propósitos comunicativos específicos que aplica o conhecimento convencionalizado de recursos lingüísticos e discursivos.

Em relação à aplicação de gêneros, o principal interesse de BHATIA (1993, p. 16) é duplo: caracterizar os traços típicos e convencionais dos gêneros jurídico e promocional na tentativa de identificar relações de forma e função utilizáveis e explicar tal caracterização no contexto das restrições socioculturais e cognitivas operando em uma área de especialização relevante, seja profissional seja acadêmica.

O autor serviu de base para nossa análise, pois trata de conceitos importantes como o propósito comunicativo, a noção de processo social dinâmico e a flexibilidade na estrutura de movimentos que foram importantes para a interpretação dos dados.

### **2.1.3 Miller e Bazerman**

Junto com John Swales, Miller (1994) e Bazerman (1994) também têm se dedicado à elaboração de uma teoria de gênero, o que explica o fato de seus trabalhos espelharem vários pontos de contato.

O conceito de gênero adotado pelos autores tem como noções-chave as de recorrência e ação social. Em seu trabalho intitulado '*Genre as Social Action*' Miller, (1994, p. 23-32) desenvolve a noção de '*situação retórica recorrente*' para chegar à compreensão de gênero como '*ação retórica tipificada*'. A situação retórica envolve não apenas características do contexto, mas também a motivação do falante e o efeito pretendido e percebido (motivação dos participantes do discurso em criá-lo ou interpretá-lo em relação às necessidades situacionais a eles identificados e dentro dos quais operam). A autora considera que o gênero tem as seguintes características: 1)- refere-se

às categorias do discurso, 2)- o gênero é interpretável por meio de regras que o regem; 3)- é distinto de forma, mas é uma fusão entre forma e substância; 4)- constitui a cultura; 5)- é mediador entre o público e o privado. Estas características baseiam-se *'em convenções do discurso que a sociedade estabelece como formas de 'ação conjunta'*.

Miller (1994) argumenta que, para uma teoria de gênero, importa o fato de as situações retóricas serem recorrentes. Desse modo, podemos tipificá-las com base em relações e semelhanças relevantes. Este processo de tipificação explica a natureza convencional do discurso e as regularidades encontradas tanto na forma quanto na substância.

Bazerman (1994, p. 79-101) também trabalha dentro da mesma perspectiva de gênero como ação social. Sustenta que:

*'Uma forma textual que não é reconhecida como sendo de um tipo, tendo determinada força, não teria status nem valor social como gênero. Um gênero existe apenas na medida em que seus usuários o reconhecem e o distinguem' (1994, p. 81).'*

Swales (1990, p. 43), Berkenkotter e Huckin (1995) avaliam como positivo o fato de Miller distanciar-se das noções mais tradicionais de gênero que classificam textos com base em seu conteúdo e forma apenas, ou que desconsideram as práticas retóricas do dia-a-dia. Propósitos comunicativos são estabelecidos e procura-se alcançá-los, dando-lhes forma segundo nossa percepção de semelhanças gerais ou específicas, entre a situação do momento e outras que consideramos semelhantes.

A Nova Retórica, norte-americana e a Escola de Sydney, australiana, são abordagens socialmente orientadas, contudo apresentam enfoques diferentes. Enquanto os estudiosos na linha da Nova Retórica enfocam principalmente o contexto situacional em que os gêneros ocorrem, com ênfase especial nos propósitos sociais a que servem, na Escola de Sydney o enfoque está no contexto sociocultural, incluindo-se aí as dimensões políticas do gênero (FREEDMAN, 1994).

O conceito de gênero como ação social tem como proposta central a visão de que um texto, enquanto exemplar de um gênero, não pode ser entendido como uma entidade lingüística apenas, pois é ação que reflete características de situações retóricas recorrentes.

#### **2.1.4 Freedman e Medway**

Para Freedman e Medway (1994), estudos atuais sobre gêneros, sem abandonar concepções anteriores de ‘tipos’ ou ‘espécies’ de textos, com regularidades lingüísticas e funcionais, procuram unir tais regularidades às existentes nas esferas de atividades humanas. Pesquisas mais recentes vêm buscando abranger cada vez mais variáveis de ordem sócio-cognitiva, histórica, ideológica e hegemônica implicadas no uso da linguagem humana. Atualmente é muito clara a necessidade de ir além do ensino ingênuo de modalidades retóricas, da coesão e da gramática descontextualizada. Nas palavras dos autores: “...precisamos de uma nova abordagem sobre textos ou uma nova retórica ligada à análise de formas de poder executadas através dos textos”.

#### **2.1.5 Marcuschi**

A visão de gêneros como elementos de ação social caracteriza a conceituação de Marcuschi (2000, p. 19). O autor afirma que os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia:

*São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. (...) os gêneros não são instrumentos estanques e enrigecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados às necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas (...).*

De acordo com o estudioso, os gêneros caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e textuais. São de difícil definição formal, devendo ser completados em seus usos e condicionamentos sócio-pragmáticos, caracterizados como práticas sócio-discursivas. São também formas de ação social relativamente estáveis, realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos.

## 2.2 O Gênero na abordagem da Lingüística Sistêmico-Funcional

A abordagem australiana está calcada na Lingüística Sistêmico-Funcional de Halliday. A principal preocupação da Lingüística Sistêmico-funcional diz respeito às relações entre a linguagem e as suas funções nos contextos sociais, estabelecendo assim a união entre forma, função e contexto social. As análises lingüísticas da Escola de Sydney utilizam as noções de *campo*, *relação* e *modo*, propostas por Halliday (1978) para explicar as funções da linguagem. Ao contrário dos estudiosos da Nova Retórica, que investigam contextos profissionais e acadêmicos, os da Escola de Sydney priorizam os contextos das escolas de primeiro e segundo graus. Na visão australiana, o enfoque encontra-se tanto na estrutura global do texto como aspectos em nível de frase. Ademais, parte do princípio de que certos gêneros são privilegiados na sociedade e, desta forma, se o aluno for ensinado a fazer uso destes, poderá ascender socialmente (HYON, 1996).

### 2.2.1 A Abordagem Funcional da Linguagem

Algumas noções básicas da Lingüística Funcional são importantes para a análise a ser desenvolvida neste estudo. Adotarei aqui uma abordagem funcional, pois estão sendo examinadas não apenas a estrutura retórica das comunicações em VHF, isto é seus movimentos e passos constituintes, mas também a função que tais elementos possuem dentro do texto, ou seja, como são usados nestes contextos para criar significados.

O contexto teórico em que esse estudo está inserido é a Gramática Sistêmico-Funcional (doravante GSF) proposta por Halliday (1994; 1985). Outros teóricos também foram pesquisados e serão introduzidos conforme a relevância para o presente estudo.

A GSF vê a língua como fruto do contexto sócio-cultural e tem como foco o estudo da linguagem em uso. Fundamenta-se nos princípios do funcionalismo, que não separa o sistema lingüístico das funções que seus elementos preenchem. Ademais, considera o uso das expressões lingüísticas na interação verbal e inclui na análise da estrutura gramatical toda a situação comunicativa: o propósito do evento da fala, os participantes e o contexto discursivo (FIORIN, 2002).

Atualmente o funcionalismo apresenta vários desdobramentos e estes mostram que a língua é, antes de tudo, instrumento de interação social, usado para estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Neste contexto teórico as habilidades e estratégias comunicativas são abordadas e analisadas tendo como base o contexto

cultural em que ocorrem . Para tal, estuda-se e descreve-se a língua a partir de produções textuais autênticas, sejam elas orais ou escritas.

Para Halliday e Hasan (1994, xiv-xv, *apud* SANTOS, 1996) a língua é o que é porque desempenha funções para os falantes. Ao estudar a linguagem sob o ponto de vista sistêmico-funcional, percebe-se dois aspectos na análise e interpretação de textos, a saber: 1) a base teórica apoia-se em uma cadeia de sistemas de possibilidades de realizações distintas e; 2) as diversas possibilidades gramaticais de realizações estão relacionadas às funções a serem desempenhadas pelo falante.

Os construtos teóricos de Halliday enfatizam que a língua, como sistema, oferece aos seus falantes uma gama de padrões de fala potenciais dentro de um contexto social, que molda e determina essas mesmas escolhas de acordo com a motivação ou ainda, a função desempenhada (SANTOS, 1996) . Para se concretizarem, esses padrões dependem do contexto social, da função desempenhada, do tipo de relação entre os indivíduos e características individuais.

O papel das escolhas léxico-gramaticais destaca-se na teoria elaborada por Halliday. De acordo com Eggins (1994, p. 23-24) um dos fatores básicos da abordagem funcional é que o uso da língua é motivado pelas relações sociais, e as escolhas léxico-gramaticais realizadas pelos falantes estão condicionadas pelo contexto:

*(...) cada escolha lingüística adquire relevância quando comparada às outras opções potenciais que poderiam ter ocorrido. O conjunto desses elementos sociais e lingüísticos fornecem ao falante tanto as condições necessárias para prever um enunciado, quanto para interpretá-lo. (1994, p. 03).*

Halliday e Hasan (1989, p. 5) sustentam que o contexto é um fator determinante na produção de um texto, do mesmo modo que a situação o é em relação ao discurso nele empregado. Para os systemicistas o contexto parece 'entrar' no texto de modo a influenciar escolhas de palavras e estruturas.(MARTIN; EGGINS, 1997, p. 232).

Hasan (1985) aponta como prioridade as relações entre a organização do contexto e a da linguagem e introduz a noção de '*estrutura genérica potencial*'. A pesquisadora propõe como ponto inicial para o tipo de análise, a delimitação das variáveis contextuais campo ('*field*'- conteúdo e natureza da atividade social), relação ('*tenor*'- relações entre os participantes) e modo ('*mode*'- meio e canal da comunicação); uma vez estabelecidas as características contextuais, pode-se então generalizar a cerca da estrutura de um texto, pois seus elementos textuais (obrigatórios e opcionais) correspondem às exigências do contexto.

Hasan introduz o conceito de Configuração Textual (CT), cuja função é descrever o contexto onde se dá uma interação. De acordo com a autora, se um gênero pode ser encarado como uma arte da linguagem exercendo uma função em um dado contexto, dessa forma, a CT é uma descrição dos atributos significativos desse evento. Os elementos que formam a CT, definem os estágios em termos de sua obrigatoriedade: 1) elementos obrigatórios de presença indispensáveis; 2) elementos opcionais, que podem ou não aparecer, 3) elementos recursivos, com a possibilidade de ocorrência em mais de um momento, bem como em termos de sua ordem que pode ser: obrigatória ou provável (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 56). Já o contexto da situação ou registro, corresponde à relação estreita da língua com o propósito socialmente criado para usá-la (HALLIDAY, 1989; vii) e está relacionado à situação imediata de realização do texto.

Nesse ambiente teórico, a relação entre texto e contexto é fundamental, porque 'um só pode ser interpretado com referência ao outro'. O primeiro é definido por Halliday (1978, p.122) como a realização, em termos lingüísticos, das escolhas léxico- gramaticais feitas por um indivíduo de acordo com a função, com o tipo de interação e com o ambiente social dentro de um sistema de potenciais de significado (*'meaning potential'*). Um texto nunca ocorre isoladamente, pois insere-se em um contexto situacional determinado pelo tipo de situação ou contexto social. Dessa forma, ele é produto do ambiente e funciona nesse dado ambiente (SANTOS, 1996).

### **2.2.2 Meurer**

Meurer (2000) propõe que o aprendizado da linguagem humana, tanto a língua materna como as línguas estrangeiras, seja visto como o desenvolvimento da competência no uso de um número crescente de 'gêneros textuais'. Essa competência envolve a capacidade de compreensão das *'práticas discursivas'* e das relações sociais associadas ao uso de diferentes gêneros. Tal consciência é importante no desenvolvimento de habilidades comunicativas que possibilitem ao aprendiz construir sua identidade e demarcar posicionamentos no discurso científico.

Ademais, de acordo com o autor, tanto na forma oral quanto na escrita, os gêneros textuais são caracterizados pelas funções específicas e organização retórica mais ou menos típicas, são reconhecíveis pelas características funcionais e organizacionais que exibem e pelos contextos onde são realizados. Por outro lado, o gênero pode ser visto pelo seu papel social. Os gêneros textuais são formas de interação, reprodução e

possíveis alterações sociais que constituem, ao mesmo tempo, processos e ações sociais (MILLER, 1984) e envolvem questões de acesso (quem usa quais textos) e poder.

Outrossim, o autor fala sobre '*modalidade retórica*' que constitui as estruturas e as funções textuais tradicionalmente reconhecidas como narrativas, descritivas, argumentativas, procedimentais e exortativas. Longacre (1983; 1992) e Virtanen (1992). Tais modalidades são estratégias utilizadas para organizar a linguagem, muitas vezes independentemente das funções comunicativas associadas aos gêneros textuais específicos. Assim, um único texto contém mais do que uma modalidade retórica.

Para Meurer (2000), uma outra razão importante para abordagens calcadas em estudos de gêneros textuais é a potencialidade que esta área de estudos oferece para que a pesquisa e a prática pedagógica possam ir além das regularidades típicas dos gêneros em permitindo explorar também regularidades nas esferas sociais onde os gêneros são utilizados.

Nas seções seguintes voltarei a falar de Swales, alguns de seus conceitos e modelos pertinentes a nossa pesquisa.

### **2.3 A Comunidade Discursiva**

Nesta seção tratarei do conceito de comunidade discursiva a partir de (SWALES, 1990; 1998). Considerei relevante este tópico, pois muitas vezes, ao longo desta pesquisa, precisei reportar-me aos membros da comunidade mercante para esclarecimentos sobre o uso do gênero, a comunicação em VHF, ou seja, suas variações e realizações a bordo de navios. Além disso, um outro fator que permitiu considerar importante essa comunidade, está relacionado com os conflitos existentes no grupo e a grande competição entre seus participantes, o que fica patente nas entrevistas que realizei com alguns oficiais-alunos de Náutica.

Para Swales (1990), reconhecer as comunidades e definir os critérios para defini-las constituem um problema. Em vista disso, o autor enumera seis características que considera importantes para esclarecer o conceito de comunidade discursiva, a saber: 1) um conjunto de objetivos comuns, isto é, os membros do grupo compartilham os mesmos objetivos, o que caracteriza um dos critérios mais marcantes para identificar uma certa comunidade; 2) o uso ativo dos meios para a comunicação entre os participantes, o que está relacionado com o fato de que os membros da comunidade exercem as mesmas atividades, usam os mesmos tipos de mensagem, possuem as mesmas competências com o gênero; 3) função de 'feedback' que objetiva dar informação e retorno para que

possa haver interação entre os membros da comunidade; 4) a capacidade da comunidade de criar seu próprio elenco de gêneros, o que implica saber que assuntos o grupo deve conhecer, quais formas e funções de elementos discursivos são preferenciais; 5) o léxico específico de cada comunidade, que mesmo usado fora dela tem um significado para ela e é compartilhado por seus participantes, expressando idéias importantes em relação aos seus objetivos; e 6) um conhecimento bastante desenvolvido do discurso e seu conteúdo. Desse modo, à medida que os indivíduos integram a comunidade, começam a incorporar os gêneros do grupo, passando a ter muito conhecimento do léxico, dos valores e convenções daquele grupo específico. Motta-Roth (1995, p. 47-8) endossa essa última característica, dizendo:

*Para se engajar em uma determinada comunidade, um indivíduo aprende os gêneros e as convenções normalmente integradas pelos membros mais experientes do grupo, através de iniciação profissional, em um processo denominado aculturação.*

Vale a pena também ressaltar que Swales (1990, p. 23-24) preocupa-se com a distinção entre ‘*comunidade discursiva*’ e ‘*comunidade de fala*’. Esta está ligada ao lugar de origem, pressupondo regras operacionais e um mesmo padrão cultural de interpretação e criação textual, ao passo que aquela está ligada às atividades ocupacionais e recreativas, que levam os falantes a assumirem determinados comportamentos.

Essa primeira definição de comunidade discursiva, no entanto, levantou várias críticas e questionamentos. Em consequência disso, Swales (1992; 1993; 1998) decide rever sua idéia de comunidade discursiva, mostrando as limitações do conceito e a amplitude da nova visão. O autor cria uma definição mais precisa de comunidade que se adapta à realidade atual, pois não havia considerado, em sua primeira versão, fatores como conflitos que podem existir dentro das comunidades. Os exemplos de comunidades discursivas apresentadas não eram adequados para representar a realidade, pois mostravam comunidades atípicas; validavam grupos já formados e não ofereciam a possibilidade de analisar seus processos de formação.

Com base nesses fatores, o autor decide fazer um estudo e usa a Universidade de Michigan como contexto de seu trabalho e reelabora seu conceito de comunidade discursiva no livro ‘*Other Floors, Other Voices: a textography of a small university building*’ (1998b) passando a chamá-la de teoria da comunidade discursiva (SWALES, 1998, p. 197). Ele elabora uma análise minuciosa de três unidades distintas na

Universidade e em sua discussão final volta ao conceito de comunidade discursiva. Para fim deste capítulo, apresentamos apenas algumas conclusões principais dessa teoria., a saber: 1) adotando a visão de Porter (1992), Swales afirma que a comunidade possui práticas e princípios com base lingüística, retórica, metodológica e ética; 2) essa visão enfoca os textos a partir de princípios retóricos, permite um exame das mudanças nas comunidades as quais são instáveis, desorganizadas ou mal definidas

Swales (1990) considera relevante o argumento de Porter, pois aponta a instabilidade da comunidade e o enfoque do grupo como força que a une. Por outro lado, o autor considera pertinente também a visão de Killingsworth e Gilbertson (1992, *apud* SWALES, 1998, p. 201), que levantaram a distinção entre comunidade discursiva local, onde os membros trabalham juntos, e a comunidade global, onde os membros têm um compromisso com os mais variados tipos de ação e discurso, independente de onde trabalham e com quem trabalham. Swales (1998) propõe, então, a noção de comunidade discursiva de lugar como um grupo de pessoas que geralmente trabalham juntas e seus membros têm uma noção fixa dos papéis e propósitos de seu grupo, além dos propósitos de vida em comunidade.

Sendo assim, para Swales, o fato de um grupo de pessoas compartilharem interesses pelo mesmo tópico, não as torna necessariamente uma comunidade discursiva. Ademais, termina sua discussão sobre comunidade discursiva, comentando que a definição sugerida dá prioridade à comunidade que está em funcionamento e que esta tem um 'modo de ver o mundo' (GEERTZ, 1983, p. 155). Swales esclarece também que tal visão de comunidade implica a possibilidade de haver divergências, falta de união e até preconceito entre os membros.

## 2.4 O Modelo CARS

Por meio de um estudo detalhado e do levantamento dos blocos retóricos funcionais de introdução de artigos científicos, Swales (1990) chegou aos resultados quanto à organização textual ou estrutura genérica obrigatória e opcional dessas introduções, denominada Modelo CARS<sup>3</sup>. A identificação de blocos funcionais no texto

<sup>3</sup> Refere-se a: "Creating A Research Space" ('Criando um espaço para a pesquisa') Swales (1990, p. 140-141) e o modelo inclui os seguintes movimentos retóricos e etapas correspondentes: 1-Estabelecendo o território–Reivindicando Centralidade e/ou Fazendo generalizações sobre o tópico e/ou Revendo os pontos de pesquisa anteriores; Estabelecendo o nicho – Apresentando contra-argumentação ou Indicando uma lacuna ou Levantando questões ou Continuando a tradição de pesquisa; Ocupando o nicho – Esboçando os objetivos ou Anunciando a presente pesquisa - Anunciando as principais descobertas – Indicando a estrutura do artigo científico".

configura a estrutura genérica de uma manifestação textual ligada à comunidade discursiva e ao propósito comunicativo compartilhado. Santos (1996, p. 21). Swales (1990) procurou mostrar que existe uma repetição dos 'movimentos' e 'passos' nestes textos, com intentos comunicativos específicos.

Uma vez levantados esses elementos, é possível identificar quais gêneros são obrigatórios, ou seja, aqueles que estão sempre presentes e são indispensáveis; e os gêneros opcionais, isto é, aqueles que podem ou não ocorrer<sup>4</sup>.

Em relação à delimitação dos movimentos retóricos aqui analisados, procurei determinar limites de acordo com a identificação do intento comunicativo em diferentes passagens. Para Bhatia (1993, p. 87):

*(...) embora as marcas de superfície sejam indicadores razoavelmente confiáveis dos valores discursivos na maioria dos contextos, os critérios definitivos para a atribuição de valores discursivos aos vários movimentos são funcionais e não formais.*

A origem da análise feita neste estudo está no entendimento da natureza retórica de passagens distintas das comunicações em VHF. Ademais, procurei encontrar quais funções determinada parte do texto desempenha, seus limites no texto, quais as função seguintes, quando dá lugar às próximas, e assim por diante. Essas variações estão ligadas ao aspecto heterogêneo das realizações textuais dos gêneros discursivos.

## **2.5 Swales e a Aplicação de Movimentos Retóricos e Passos**

Ao tratar os dados, procurei fazer uma análise dos movimentos e passos Swales (1990) que compõem as comunicações em VHF, com o objetivo de chegar a uma estrutura retórica e determinar os propósitos de seus constituintes, daí a necessidade de descrever nesta parte do estudo algumas idéias a respeito do assunto.

É possível ter denominações distintas para as partes que formam a estrutura retórica do gênero. A terminologia encontrada em estudos de gênero varia muito. Swales (1990), por exemplo, usa os termos 'movimentos retóricos' e 'passos'; enquanto Bhatia (1993, p. 30-31) mantém o primeiro, mas se refere ao segundo como 'estratégias'. Cada

---

<sup>4</sup> *Através da observação desses elementos é possível determinar estruturas realmente realizadas em um gênero Halliday e Hasan (1989), além da seqüência e a interação ou re-ocorrência de uma estrutura textual.*

movimento é composto por *'uma série de unidades funcionais menores ou atos de fala'* (SWALES, 1990, p. 48), que realizam as intenções do falante, de acordo com as restrições impostas pelo gênero. Swales (1990, p. 36) usa o termo 'movimentos', limitando-se a identificá-los como: *'diferentes seções que desempenham diferentes funções retóricas'*. Esses movimentos são, nos limites de um texto, blocos discursivos obrigatórios, organizados a partir da função retórica a ser desempenhada.

Tais movimentos podem ser subdivididos em passos ('steps') que são obrigatórios ou opcionais. O conjunto de movimentos e passos constitui os elementos ou blocos menores que configuram as características ou marcas do discurso num dado gênero, moldado por um propósito comum. Bhatia (1993) faz o seguinte comentário a respeito dos termos movimentos e passos:

*(...), cada movimento também serve uma intenção comunicativa típica que é sempre subserviente ao propósito comunicativo maior do gênero'. Para realizar a intenção comunicativa particular ao nível do movimento, um escritor pode usar estratégias retóricas distintas (p. 30).*

Motta-Roth (1995, p. 61) usa o termo 'subfunções' e as define como: *'Uma série de unidades funcionais menores ou atos de fala, como informar ou perguntar, que realiza a intenção do escritor de acordo com as limitações impostas pelo gênero'*. Por meio de tal conceito, é possível perceber a localização hierárquica das 'subfunções' em relação aos movimentos retóricos e seu caráter funcional.

Há ainda outros termos usados para descrever elementos de estruturas retóricas. Hasan (1989, p. 56) operacionaliza a configuração textual através da identificação do que chama de 'elemento', que se caracteriza por ser 'um estágio com conseqüências na evolução de um texto'. Sinclair e Coulthard (1975) descrevem e analisam o discurso no decorrer de aulas, utilizam-se do termo 'movimento' como um dos estágios hierárquicos do discurso que desempenha uma função, comparando-o às palavras e morfemas na gramática. O movimento seria, portanto, a menor unidade independente que apresenta uma estrutura no que tange a atos. Encontra-se ainda o uso dos termos 'funções' e 'subfunções' como, por exemplo, em Bhatia (1993a e b), Thompson (1994) e Santos (1996), que dada sua definição funcional de uso, são auto explanatórios.

Os termos 'movimentos' e 'passos' têm sido utilizados com êxito em estudos que procuram explicitar as características de diferentes gêneros do discurso. Com esses termos, Swales não procura buscar padrões normativos, mas tendências operacionais de

comunicação de um evento pela comunidade (SWALES, 1990, p. 45; BHATIA, 1993, p. 182).

Neste estudo usarei o termo movimento retórico para fazer referência a uma parte do texto que desempenha um determinado propósito comunicativo e que, junto com outras partes textuais, com os mesmos objetivos específicos, compõe um tipo de gênero. Adotarei o termo 'passo' de Swales para a unidade menor.

No capítulo seguinte mostro algumas considerações importantes a respeito do VHF, relacionadas a esse estudo.